

# Neoliberalismo (as condicionantes) II

João Paulo de Almeida Magalhães\*

No artigo de ontem, tive oportunidade de mostrar que a intervenção do Estado na economia toma duas formas bem definidas: intervenção por direção e intervenção por iniciativa. No primeiro caso, o Estado se sobrepõe ao mercado e, através de medidas fiscais, facilidades de crédito, subsídios etc., patrocina objetivos de importância fundamental para o país. Trata-se de atuação indireta que não implica ampliação do setor público. No segundo caso, essa ampliação ocorre através da criação de todo tipo de empresas governamentais.

Sustentei que, em situações como a do Brasil, a intervenção por direção é necessária por inexistirem mecanismos de mercado capazes de arrancar o país do subdesenvolvimento. Afirmei, sem aprofundar o assunto, que a situação era diferente no que se refere à intervenção por iniciativa. Vejamos por quê.

Ponto inicial a ser estabelecido é o da superioridade estrutural da empresa privada sobre a pública.

Uma empresa é constituída por três tipos de agentes econômicos: proprietários, administradores e empregados. Os empregados ganham salários de mercado não tendo, conseqüentemente, maior engajamento na lucratividade (considerada esta como sinônimo de uma operação eficiente) ou na sobrevivência da empresa. Seus salários independem dos lucros, e eles encontram ocupação alhures no caso de falência. A situação dos administradores é diferente apenas no sentido de que sua remuneração é parcialmente condicionada ao nível de lucros. Como os trabalhadores, contudo, eles podem se deslocar para outras empresas e sua sobrevivência profissional não se acha na dependência do sucesso de empresas específicas. Somente os proprietários nada recebem quando a empresa não tem lucros e perdem tudo se vai à falência. Ou seja, o papel do proprietário é essencial para maximização da eficiência da empresa. Ora, a experiência demonstra que o governo não se comporta como proprietário, abandonando suas empresas ao controle (e eventuais abusos) de administradores e empregados.

Outro ponto a ser sublinhado é o de que a incontestável superioridade da iniciativa privada não justifica os erros dos defensores mais

JORNAL DO BRASIL



radicais da privatização. Alegam que ela contribuirá, de maneira fundamental, para conter a inflação e elevar a margem de poupanças públicas. Ora, a inflação, pelo menos nos níveis que alcançou no Brasil, exige medidas amplas e de caráter imediato, enquanto a privatização tem ritmo próprio que não pode ser acelerado sem graves prejuízos. Além disso, a contenção da espiral de preços depende de elevação permanente das receitas públicas. A privatização proporciona um aumento estritamente temporário das disponibilidades do governo, a saber, por ocasião da venda. No que concerne às poupanças, o objetivo básico é a elevação do seu nível global. Ora, a privatização apenas transfere poupanças do setor privado para o público.

Outro erro fundamental consiste em se equiparar o programa brasileiro de privatização ao europeu. No Velho Continente, a estatização, ocorrida sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, teve raízes ideológicas, no sentido de que refletiu o otimismo generalizado com respeito ao sistema socialista. Comprovado o fra-

casso deste, não poderia deixar de ocorrer programa amplo de desestatização.

No Brasil, a proliferação das empresas oficiais decorreu do descompasso entre o volume dos investimentos necessários e a capacidade financeira da iniciativa privada local. Ou seja, a estatização resultou de uma opção desenvolvimentista sem qualquer conteúdo ideológico.

Como o Brasil ainda é um país subdesenvolvido, suas poupanças continuam escassas, o que impede programas de desestatização da amplitude do europeu. Existe, apesar disso, um grupo de atividades do setor público suscetível de privatização imediata. O problema das poupanças insuficientes não existe com respeito ao grande número de empresas estatizadas em função de sua incapacidade de atender ao reembolso dos empréstimos obtidos em órgãos oficiais. O próprio fato de terem nascido no setor privado atesta que as poupanças a serem mobilizadas para sua compra se acham dentro da capacidade de particulares. Um segundo grupo de empresas imediatamente privatizáveis é constituído pelas

unidades produtivas de porte médio criadas pelas grandes empresas do setor público para lhes fornecerem insumos e desenvolverem atividades complementares.

Na verdade, contudo, mesmo a privatização a curto prazo das empresas estatais de grande porte não se acha excluída, se adotadas medidas especiais para contornar o estrangulamento representado pela insuficiência de poupança privada.

Descartamos, de início, a fórmula baseada na conversão da dívida externa. Foi, esta, duramente atacada como inflacionária, desencorajadora da entrada de dinheiro vivo externo e consistente na troca de dinheiro barato (dívida externa) por dinheiro caro (dívida interna). A razão principal para deixá-la de lado é, contudo, seu aspecto desnacionalizante politicamente inaceitável.

Fórmula alternativa, esta sim perfeitamente exequível, consistiria na transferência do controle das empresas estatais a investidores privados mediante a aquisição por estes de, digamos, 10% das ações. Posteriormente, na medida em que o mercado permitisse, os 90% restantes das ações governamentais seriam vendidos ao público. A implementação dessa fórmula não apresenta maiores dificuldades econômicas. Há, contudo, um problema que passamos a discutir.

As empresas de grande porte a serem privatizadas se acham em setores básicos da economia (energia, comunicações, aço, combustíveis etc.). A experiência mundial mostra que, nesses casos, é comum o recurso ao mercado de capitais para complementar uma expansão em ritmo adequado. Ora, esse mercado é excessivamente débil no Brasil. A alternativa consistente em garantir o autofinanciamento através de níveis elevados de tarifas e preços administrados poderá significar custos insuportáveis para os usuários.

A solução voltaria, portanto, a ser a captação de recursos via fiscal, o que significaria, para todos os efeitos práticos, o abandono de experiência neoliberal.

Em suma: a privatização das empresas estatais brasileiras constitui objetivo altamente desejável. O programa é, todavia, mais complexo do que pretendem alguns defensores radicais da medida.